

# Governo autoriza as

Nacional

terça-feira, 6/1/87 □ 1º caderno □

# escolas negociarem aumento

Brasília — As escolas particulares que não concordarem com o índice de reajuste que o governo anuncia hoje poderão negociar um reajuste adicional com as associações de pais e professores (no caso das escolas de 1º e 2º graus) ou com os diretórios acadêmicos (no caso das faculdades). O índice de reajustes seria anunciado ontem, mas o presidente José Sarney determinou ao ministro da Educação, Jorge Bornhausen, que fizesse novos estudos sobre os efeitos na área econômica com os ministros Dilson Funaro e João Sayad. Segundo Bornhausen, o governo não deverá atender à reivindicação das escolas que fixam em 125% o aumento para 1º e 2º graus, e em 95% para nível superior.

Depois de falar com o presidente Sarney e com o ministro Funaro, Bornhausen anunciou a possibilidade do reajuste negociado e informou que o governo vai fixar um teto para esse reajuste adicional. E mais: que os aumentos negociados acima do índice do governo devem ser homologados nos Conselhos Estaduais de Educação. A UNE não será admitida nessas negociações, mas o governo estuda um modo de incluir a entidade na Comissão de Encargos Educacionais do Conselho Federal de Educação, que participa da elaboração dos índices de reajuste das escolas.

## Secundaristas não

Assim como a UNE, não vão negociar com as escolas os grêmios de estudantes de 2º grau nem as

Unões Estaduais de Estudantes e Uniões de Estudantes Secundaristas, segundo o ministro.

As negociações serão feitas isoladamente, escola por escola, e por isso serão encaminhadas apenas aos diretórios acadêmicos de cada faculdade e com a associações de pais e professores de cada escola de 1º e 2º grau — explicou o ministro.

Jorge Bornhausen descartou a possibilidade de o governo decretar índices diferenciados para escolas de 1º, 2º e 3º graus. E se recusou a admitir que sua primeira proposta de reajuste (que não quis revelar) tenha sido simplesmente rejeitada pelo presidente José Sarney. Preferiu dizer que estava "examinando as novas sugestões do presidente e a viabilidade jurídica de algumas delas". Bornhausen atribuiu a idéia dos reajustes negociados — até então desconhecida — "ao diálogo que estamos mantendo no âmbito do Ministério", negando que tenha partido do presidente Sarney.

Entre as questões jurídicas que precisam ser examinadas está a inclusão da UNE na Comissão de Encargos Educacionais. A Comissão foi criada por um decreto-lei, e a modificação de sua composição para incluir a UNE aparentemente deverá ser feita por decreto. Bornhausen disse também que o governo pretende fazer outras modificações na Comissão, como vedar a participação de professores que sejam também diretores de escolas particulares, pretendendo representar o magistério.